

Sarney dispensa a renúncia

O presidente José Sarney não pretende fazer uma reforma ministerial a curto prazo nem mesmo ajustes setoriais salvo se fatos novos indicarem sua conveniência. Sarney, em declaração ao **Jornal da Tarde**, reconheceu a existência de dificuldades, notadamente no plano econômico, e a partir desta constatação reafirmou a intenção de seguir com a mesma equipe de ministros. Ele considerou desnecessária a demissão coletiva do Ministério, conforme proposto pelo ministro Deny Schwartz, do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, e pelo ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, por se sentir à vontade para fazer as alterações que entender necessárias — “se e quando necessárias” —, não de imediato.

O presidente da República lembrou que não governa isolado e considerou positivo que grande número de seus interlocutores lhe procure mostrar a realidade tal qual ela é, “até mesmo no que diz respeito ao descontentamento com o Imposto de Renda”.

Sarney sustentou que as dificuldades que o País atravessa não são do tipo a-supor que venha a ocorrer qualquer ruptura na ordem institucional, nem ao estilo de 1964, “nem nos moldes de 1937”, conforme hipótese levantada pelo jurista Raimundo Faoro, em entrevista publicada ontem no **Jornal do Brasil**.

Apesar de o presidente ter preterido a hipótese da renúncia coletiva, o ministro chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, du-



Maciel apóia a renúncia coletiva, que Schwartz continua pedindo.

rante o almoço com jornalistas, confirmou que a idéia da renúncia do Ministério tem sido ventilada em setores do governo e, pessoalmente, ele acha boa medida. Ressaltou, porém, que “esta é a hora de todos pensarem na Pátria, deixando de lado reivindicações pessoais ou partidárias, a fim de colaborar com a proposta do presidente Sarney, de um governo de entendimento nacional”, disse.

Marco Maciel não confirmou informações de líderes do seu partido, de que há entre os cinco ministros do PFL um pacto: se um sair, todos sairiam. “Não existe nada disso. Pelo menos de minha parte, o presidente está à vontade para indicar outro chefe da Casa Civil”, assinalou. Comentou, no

entanto, que o PFL, no momento, tem menos representatividade no governo do que no dia da posse de Sarney, embora tenha crescido sua bancada para 15 senadores e 120 deputados. O ministro contestou, até com certa irritação, versão de dirigentes do PMDB, de que o presidente Sarney só não promoveu a reforma ministerial pela resistência do PFL. “Isso é um absurdo”, acentuou.

Importantes dirigentes e líderes pefelistas também estão convencidos de que todas as pressões do PMDB, a começar pelos novos governadores, para forçar a reforma ministerial, tem um só objetivo: reduzir ao máximo a participação do PFL no governo. Confirmaram, ainda, que caso se concretize a proposta de dividir um Ministério em dois — para atender à nova correlação surgida com o final de mandato de governadores que elegeram seus sucessores —, o ministro Aureliano Chaves “não ficaria mesmo”.

Ontem, em Porto Alegre, o ministro Deny Schwartz voltou a insistir na renúncia coletiva do Ministério, “frisando que há um voto de desconfiança da sociedade inclusive do Congresso contra o atual Ministério”. Em São Paulo, o deputado Gastone Righi, líder do PTB na Constituinte e na Câmara, disse que hoje espera sair com duas certezas da conversa que manterá como presidente Sarney: se realmente haverá uma recomposição ministerial e caso ela se confirme, com qual das pastas ficará seu partido.